

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Economia,
Inovação, Obras Públicas e Habitação
Deputado António Topa

Assunto – Programa 1º Direito

Em 2017/2018 estavam já então identificadas (pelo IHRU) 26 mil famílias em situação de carência habitacional, tendo o governo lançado em 2020 o programa 1.º Direito para resolver aquele problema.

António Costa anunciou então querer *‘uma casa para todos nos 50 anos do 25 de Abril’* (2024). Uma *"meta coletiva"*, como lhe chamou: *"Chegar ao dia 25 de Abril de 2024 – quando daqui a seis anos comemorarmos os 50 anos da revolução –, podendo dizer que eliminámos todas as situações de carência habitacional e garantimos a todos os portugueses uma habitação adequada"*. O primeiro-ministro falava na conferência de apresentação do pacote legislativo da Nova Geração de Políticas de Habitação.

Em 2021, ano eleitoral, o governo anunciou a afetação de 1,2 mil Milhões de euros do PRR até 2026 (2 anos para além de 2024) àquele objetivo, afirmando quer o PM quer o Ministro das Infra-estruturas, quer alguns autarcas socialistas tratar-se de financiamento 100% a fundo perdido, *“sem comparação com o que alguma vez foi feito em Portugal”*.

No entanto, a verdade é que os Acordos de Colaboração assinados com as autarquias apenas prevêm e garantem um financiamento de 40% a fundo perdido.

A atual secretária de Estado da Habitação, assumiu entretanto que até 2026 só haverá dinheiro para financiar 26 mil famílias a 100%, mas que o 1º Direito pode vir a ser prolongado e que o Programa não está limitado ao PRR, mas antes foi reforçado com o PRR que, nestes primeiros anos, constituirá a principal fonte de financiamento para acomodar as necessidades reais de cada município, contratualizadas a cada investimento.

À data, já estarão assinados cerca de 89 acordos com as autarquias, envolvendo mais já mais de 30 mil famílias.

Quando estiverem celebrados os Acordos com os restantes Municípios, o montante de investimento destinado a solucionar as carências habitacionais deverá rondar os 2.800 milhões de euros, ou seja, um valor substancialmente superior ao previsto, criando assim um

“buraco” nas contas públicas que foi quantificado em aproximadamente 1.600 milhões de euros – segundo contas de um meio de comunicação social em 16 de agosto último.

Como agravante, e com o título de **«Empreitadas da habitação a financiar pelo PRR já começaram a derrapar»**, referia dia 5 de setembro outro meio de comunicação que, devido ao aumento dos custos da construção - para os quais o sector da construção anda a alertar há muito tempo - as estimativas e preços de referência usados nos acordos celebrados estão ultrapassados pelo preço de mercado. O próprio IHRU-Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana terá recebido já um pedido de reequilíbrio financeiro, apresentado por um empreiteiro de uma das obras já em execução.

O pomposo discurso oficial nos anúncios do governo não é coerente com a realidade que se vai tornado visível à medida que se vão conhecendo os contornos do programa, e a situação de ‘ninguém no sector estar tranquilo’ referida pela comunicação social.

Esta situação de ausência de rigor na programação das contas públicas, já denunciada diversas vezes pelo PSD ao longo dos últimos anos, alertando para a necessidade de serem programadas soluções habitacionais dignas, que no entanto, têm de ser igualmente equacionadas, formuladas e orçamentadas com o respetivo financiamento de forma rigorosa.

Além da necessidade de rigor nas contas públicas, não é aceitável o Governo assinar protocolos sem ter ideia de como vai cumprir aquilo que está a prometer.

Importando esclarecer tão inusitada situação, vem o Grupo Parlamentar do PSD requerer a Vossa Excelência, no âmbito desta Comissão a que V. Exa preside, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, as necessárias diligências no sentido de ser ouvido com urgência a senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação, para prestar os devidos esclarecimentos sobre este assunto.

Lisboa, 7 de setembro de 2021.

Os Deputados,

Afonso Oliveira Cristóvão Norte Jorge S Mendes Carlos Silva Filipa Roseta